

Anistia fiscal vai beneficiar as empresas

O ministro Dílson Funaro, da Fazenda, prometeu ontem modificar o pacote econômico, a ser anunciado hoje pelo governo, de forma que as empresas com lucro anual superior a Cr\$ 2,3 bilhões e atividade safrista, como a indústria açucareira, tenham tratamento fiscal diferenciado, para que não sejam prejudicadas no pagamento de impostos. A alegação: essas empresas lucram muito num semestre, mas praticamente nada no outro, em função de sua atividade sazonal. O governo também concederá anistia fiscal às empresas.

O reajuste no recolhimento do imposto dessas empresas atende a solicitação feita, ontem, pelos senadores Cid Sampaio, do PMDB, e Carlos Lira, da Frente Liberal, durante reunião das bancadas da Aliança Democrática no Senado com os ministros Dílson Funaro e João Sayad. Durante a discussão, os dois senadores disseram que, se não houvesse tratamento especial para essas empresas, elas seriam prejudicadas em função da sua própria atividade.

Não foi essa, contudo, a razão do adiamento do anúncio do elenco das medidas econômicas com o qual o governo pretende reduzir o déficit público, segundo opinou o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (foto).

O parlamentar disse, embora frisando não estar certo, que o adiamento se deveu ao fato de o presidente José Sarney ter retornado ontem a Brasília por volta das 14 horas. Segundo ele, o pacote já estava pronto, mas o Ministério da Fazenda ainda estava realizando algumas simulações, o que deve ter



retardado a divulgação oficial da iniciativa, a ser feita hoje pela manhã, durante reunião do Conselho Político do governo.

O senador Carlos Chiarelli disse que a reunião com os ministros foi tranqüila e não houve propostas de modificação no pacote além da referente às empresas com atividades safristais.

Segundo disse, no próximo ano ainda haverá devoluções, pois em 1985 houve confisco fiscal. Para se ter uma idéia do que isso significa em perdas para o assalariado, Chiarelli lembrou que, somente este ano, dos Cr\$ 17 trilhões recolhidos a título de empréstimo compulsório, para formar caixa, o governo devolveu apenas Cr\$ 9,5 trilhões. Isso ocorreu porque o governo fixou a inflação artificialmente em 160%, quando ela atingiu 220%. Se os índices tivessem sido calculados corretamente, o governo teria de restituir Cr\$ 13 trilhões confiscados ao trabalhador.

Chiarelli, baseado nas informações dos ministros da área econômica, garantiu que o pacote fiscal não resultará no aumento do imposto à custa do assalariado, pois haverá apenas uma correção da curva tributária, modificando-se o perfil social do que vai pagar mais tributos. Embora tenham sido elevadas as faixas de isenção, o governo também nada perderá, porque haverá compensação com o agravamento da carga tributária para quem percebe acima de 50 salários mínimos.

O pacote, sempre conforme o líder frentista, estabelece ainda que o prazo de devolução do imposto — que continuará a haver em alguns casos — não excederá quatro meses, a partir da entrega da declaração do Imposto de Renda pelo contribuinte, num total de 3.700 pessoas físicas.

Com relação às pessoas jurídicas, o pacote adota anistia para 250 mil microempresas através do arquivamento dos seus débitos e multas, caso seja requerido até 10 de

janeiro. Já as pequenas e médias terão metade dos juros devidos e multas perdoados, o mesmo se aplicando às grandes empresas.

Nesse momento da explanação, conforme Chiarelli, diversos senadores indagaram qual a colaboração que será dada pelo governo para redução do déficit público. O ministro Sayad explicou que haverá um corte no custeio, o que permitirá uma economia de Cr\$ 40 a 45 trilhões, mas não corte nos investimentos.

O líder do PFL disse que a soma das mudanças introduzidas no setor pelo pacote fiscal permitirá uma arrecação de mais Cr\$ 20 trilhões, sem nenhum agravamento para o assalariado. Estarão isentos, frisou, quem ganha até cinco salários mínimos e quem recebe até sete mínimos e tem três dependentes, o que corresponde a 90% dos contribuintes assalariados.

Dificuldades

"O PT não aceita pacotes. Vamos votar contra" — afirmou o vice-líder do PT na Câmara, José Genofino Neto, ao prever dificuldades para a aprovação do pacote econômico do governo pelo Congresso. "Não vamos votar, não" — disse, por sua vez, o líder do PDS no Senado, Murilo Badaró, observando que o governo enviará a matéria ao Congresso às vésperas do início do recesso parlamentar, impossibilitando um exame aprofundado de seu conteúdo.

Dos partidos que não foram convidados para debater com os ministros da Fazenda e do Planejamento o pacote, somente o líder do PTB, Gastone Righi, disse que ainda vai examinar os projetos antes de firmar uma posição a respeito. O PDT, o PDS e o PT, embora não conhecendo os seus detalhes, entendem que o governo age mal quando tenta obter a aprovação de um conjunto tão extenso de propostas em apenas uma semana no Congresso.